

Regularização Ambiental - Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Desafio

Como resultado da política de controle do desmatamento, as taxas de corte raso da floresta vêm caindo expressivamente, desde 2004 a 2014. Porém, o grande desafio de manter a floresta em pé continua. Apenas em 2017, foram desmatados 6.947 km² na Amazônia e 7.408 km² no Cerrado.

O “Novo Código Florestal” (Lei Federal 12.651/2012) estabelece parâmetros para a manutenção e a recuperação de vegetação nativa e torna o Cadastro Ambiental Rural – CAR como obrigatório para todos os imóveis rurais do país, onde devem ser informadas as “Áreas de Preservação Permanentes (APP)”, que são as margens de corpos d’água, das encostas e topes de morros; as áreas de “Reserva Legal” (RL), que devem ser preservadas segundo percentuais especificados por bioma e Áreas Consolidadas, que são as áreas abertas para atividades agropecuárias até julho de 2008. Já foram inscritos na plataforma online SICAR (www.car.gov.br) quase 5,4 milhões de imóveis rurais até outubro de 2018. A área registrada equivale a 466 milhões de hectares, o que é mais que treze vezes o tamanho da Alemanha.

Apesar dos grandes avanços nos números de inscrição, ainda persistem grandes desafios para a implementação eficiente da regularização ambiental, especialmente em relação à validação dos cadastros e à implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) dos Estados, destinados a atrair os produtores rurais para que promovam a recuperação de suas áreas desmatadas irregularmente. Os produtores precisam elaborar e executar os Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) a fim de ajustar-se à legislação florestal.

O Objetivo

O objetivo do projeto é cooperar na implementação da regularização ambiental e gestão ambiental rural dos imóveis rurais para que contribuam para a redução do desmatamento e das emissões associadas para a conservação da biodiversidade. A longo prazo, o projeto ajuda a proteger a floresta, mantendo e recuperando sumidouros naturais de CO₂.

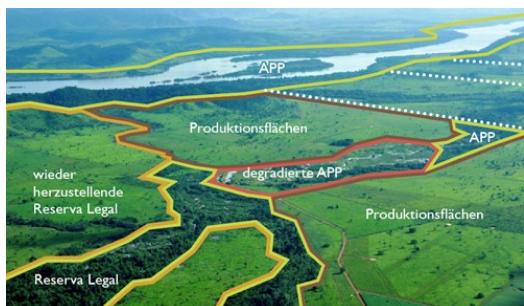
Nome	Regularização ambiental no Brasil - CAR
Comitente	Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)
País	Brasil
Parceiro	Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Volume	1 ^a fase: 2 milhões de Euros 2 ^a fase: 3,5 milhões de Euros
Período	1 ^a fase: De 08/2014 até 03/2017 2 ^a fase: De 12/2016 até 03/2020

Os objetivos específicos são:

1. As capacidades operacionais do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural (SEDR/MMA) com respeito a regularização ambiental e gestão ambiental rural são fortalecidas;
2. A implementação e a utilização dos instrumentos de regularização ambiental na região piloto - tríplice fronteira dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia - é melhorada.
3. Competências para a implementação da regularização ambiental em nível federal, estadual e local são desenvolvidas.

Abordagem

O projeto desenvolve junto aos parceiros do MMA, do SFB, dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, de ONGs e instituições de pesquisa campanhas de comunicação, de capacitação e intercâmbios de experiências para a implementação dos diferentes passos da regularização ambiental. Estes incluem (1) a inscrição no Cadastro Ambiental Rural por meio da plataforma online SICAR; (2) a análise e a validação das informações registradas; (3) a adesão ao programa de regularização ambiental para a recuperação de áreas degradadas (PRA); (4) o desenvolvimento de projetos individuais para a recuperação no quadro dos PRA (PRADA); e (5) a participação futura no mercado das cotas de reserva ambiental (CRA). Além disso, o projeto dá atenção especial para adequar este processo às populações tradicionais, como os quilombolas.



O gráfico mostra as informações ambientais do imóvel rural a serem inscritos no sistema do CAR (SICAR):

1. as áreas consolidadas (produtivas);
2. a Reserva Legal;
3. as Áreas de Preservação Permanente (APP);
4. as áreas degradadas que devem ser restauradas ou compensadas na Reserva Legal e nas APPs.



Fotos do Mutirão Integrado em Rondônia de Regularização Fundiária e Ambiental (assessoria aos proprietários rurais e instrumentos de georeferenciamento)

- **Criar novas parcerias:**

Os parceiros principais da GIZ nesse projeto são o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pela coordenação da regularização ambiental e a SEDR/MMA, responsável pela articulação com populações tradicionais e programas de gestão ambiental rural. Em nível estadual os parceiros principais são as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEMA - AM, SEMA - AC, SEDAM - RO) da Tríplice Fronteira. O projeto busca participação de vários atores, como ONGs locais e municipais, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), organizações quilombolas, universidades e instituições de pesquisa como EMBRAPA.

- **Facilitar a integração em outras políticas territoriais:**

Para ter sucesso, a regularização ambiental procura a inserção em outras políticas públicas territoriais. Entre elas as políticas de apoio à agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural (ATER), de crédito agrícola e de regularização fundiária. Para o produtor preservar a vegetação nativa e recuperar áreas degradadas é preciso que ele tenha condições de comercialização compatíveis com a manutenção da floresta, bem como garantia sobre a sua terra (segurança fundiária), o que favorece até mesmo a obtenção de financiamento.

Impactos

- **Análise do CAR e Construção do Programa de Regularização Ambiental – PRA**

A análise dos imóveis cadastrados tem se mostrado como um dos maiores desafios para a regularização ambiental. O projeto apoia diretamente a implementação assistida da análise nos estados da Amazônia, e acompanha o desenvolvimento das customizações do módulo no SICAR dos estados da Tríplice Fronteira. O Projeto tem apoiado também os PRAs dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, com a definição de parâmetros técnicos para a recomposição florestal de passivos e com a construção do Módulo de PRA do SICAR em forte sinergia com o Serviço Florestal Brasileiro e a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Junto a EMBRAPA o projeto apoia a qualificação de listas de espécies adaptadas e metodologias de recuperação para cada região e está construindo com outros parceiros locais modelos economicamente viáveis para a implementação dos PRA.

- **Novas metodologias para povos e comunidades tradicionais**

Povos e comunidades tradicionais (PCTs) usam o território de maneira coletiva a partir de uma relação diferenciada com a natureza. O projeto apoia o desenvolvimento e a implementação de um módulo específico para a regularização ambiental deste público. Para fortalecer os PCTs, o Projeto propõe uma metodologia e uma estratégia de capacitação específica que favorece o acesso e a inclusão dessas comunidades a outras políticas sociais, incluindo o respeito a seus direitos e de fomento agrário.

- **Mutirão Integrado**

O Mutirão Integrado é uma abordagem que combina as políticas de regularização ambiental e fundiária na Amazônia, com forte sinergia com o Programa Terra Legal. Nele, várias etapas das duas políticas são realizadas conjuntamente no campo, envolvendo atores relevantes do governo e da sociedade civil. Os mutirões reduzem os custos tanto dos agentes públicos quanto dos produtores rurais, diminuindo os riscos de inconsistências nos dados geoespaciais e, em especial, fortalecem a presença do Estado em regiões remotas da Amazônia.

- **Ampliação para o Bioma Cerrado: o Projeto FIP-Paisagem**

A partir de novembro de 2018, o Projeto passa a incorporar parte do portfólio do Forest Investment Program (FIP) do Banco Mundial no Brasil. Com base em cofinanciamento de **21 milhões de dólares** provenientes do Banco Mundial, o projeto integrará as atividades do **Projeto FIP-Paisagem**, coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável pelo Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Com duração de **5 anos**, esta nova frente do projeto tem como objetivo fortalecer a implementação de práticas de conservação e recuperação/recomposição ambiental e práticas agrícolas de baixas emissões de carbono em bacias selecionadas do Bioma Cerrado do Brasil. Outros importantes parceiros são o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a EMBRAPA, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações através do Instituto Nacional de Tecnologias Espaciais (INPE), além dos OEMAs dos Estados do Cerrado. Neste importante, o projeto apoiará a implementação simultânea da regularização ambiental e do novo Código Florestal com o Plano de ABC, em bacias com forte presença de pecuária extensiva e passivos ambientais. Entre as atividades principais se destacam o monitoramento do desmatamento no cerrado e a Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) aos produtores rurais a ser fornecida pelo SENAR.

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sitz der Gesellschaft Bonn und Eschborn, Deutschland	Parceiro	Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF Brasil www.mma.gov.br
	Programa Florestas Tropicais da GIZ no Brasil Projeto regularização ambiental no Brasil - CAR SCN Quadra 1 – Bloco C Sala 1405 Ed. Brasília Trade Center 70.711-902 - Brasília/DF Brasilien giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasilien		Serviço Florestal Brasileiro (SFB) SCEN, Trecho 2, Bloco H, Brasília/DF Brasil www.forestal.gov.br
Responsável	Anselm Duchrow/Taiguara Alencar	Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)
Data	dezembro de 2018	Endereços do BMZ	BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Deutschland T +49 (0)228 99 535-0 www.bmz.de poststelle@bmz.bund.de
			BMZ Berlin Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Deutschland T +49 (0)30 18 535-0